

Cabral adverte para 'monstrenhos jurídicos' e promete Carta realista

Foto de Marcelo Prates



Cabral fala a magistrados e empresários

BELO HORIZONTE — "Não teremos, em verdade, a Constituição ideal para o País. Tereamos a Constituição do Brasil real", frisou ontem o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ao alertar, durante palestra na Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis), para o risco de a futura Carta se transformar num "monstro jurídico", diante das numerosas proposições de artigos (2 mil 266), muitas delas em função do "bom-mocismo e dos compromissos pessoais".

Na opinião do Relator, a Constituição ideal teria que ser definitiva, densa, com o máximo de 200 artigos, que não descesse a minúcias e não fosse ao varejo das ambições pessoais e setoriais:

— Estamos chegando à definição da conjuntura e isto é o mais grave, porque corremos os riscos de desmanchar a estrutura — advertiu Cabral, lamentando que a Constituinte tenha se transformado, muitas vezes, em palco de vaias e insultos, "como se estivéssemos num mercado persa, onde o insulto é a moeda corrente".

Para ele, os constituintes, como representantes do povo brasileiro, têm que ter o cuidado de buscar o equilíbrio, colocando-se sem o exagero dos extremos, à direita ou à esquerda.

— O povo brasileiro é um pêndulo que oscila ora para um lado ora para outro, como se fosse o dispaço para afinar a orquestra, mas ele sempre pendente para o equilíbrio — lembrou o Deputado.

Em entrevista, Bernardo Cabral — que também falou a empresários na Federação do Comércio de Minas Gerais — pregou o consenso como a única forma de conciliar as contradições da Constituinte com as "contradições da vida democrática". Embora só lhe seja possível alterar os

anteprojeto após a fase de apresentação das emendas dos constituintes, Cabral afirmou que pretende influir "realisticamente", respeitando a vontade da maioria, no texto constitucional, particularmente no que se refere à reforma agrária, onde, a seu ver, houve um retrocesso no relatório da Comissão de Ordem Econômica:

— Esse capítulo está dando uma confusão enorme, mas precisamos avançar um pouco. A função social da propriedade tem que ser encarada com realidade — disse o Deputado.

Defensor do sistema parlamentar de Governo, o Deputado Bernardo Cabral não considera importante a definição do mandato do Presidente da República mas lembrou que, nos relatórios das duas comissões que tratam do assunto, foi consensual a tese dos cinco anos para o Presidente Sarney.

Arinos pede 'transação' para haver 'transição' e cita exemplo espanhol

Foto de Gilberto Alves



Arinos não vai alterar conteúdos já

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), alertou ontem para o risco de o Brasil mergulhar numa "crise de resultados imprevisíveis", caso não haja uma negociação, na Constituinte, que permita a elaboração de uma Carta que atenda as necessidades do País. Segundo ele, é preciso que na Constituinte ocorra uma "transação" para que o Brasil possa realizar a "transição democrática".

— Meu lema é transação para a transição — afirmou Arinos, que vê na Espanha um bom exemplo disso.

Ontem, o Senador passou parte de seu dia examinando os anteprojeto aprovados nas comissões temáticas e enviadas à Comissão de Sistematização. Apesar de, até o começo da noite, não ter acabado de ler todos os anteprojeto, disse que alguns deles necessitavam de modificações.

Arinos disse que, além de compatibilizar, a Comissão de Sistematização poderá fazer alguma alteração em casos de contradições ou dispositivos conflitantes nos anteprojeto. "A compatibilização muitas vezes implica alteração", afirmou. Concorde, também, que alguns pontos do conteúdo precisarão ser mudados por não corresponderem às necessidades do desenvolvimento econômico e social brasileiro. A reforma agrária seria um deles.

As alterações de conteúdo, no entanto, não serão feitas na primeira fase dos trabalhos da Sistematização, segundo o Senador. A comissão cuidará da compatibilização e submeterá o anteprojeto ao plenário. Nesta etapa é que as modificações de conteúdo deverão ser feitas.

O Relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições, Prisco Viana

(PMDB-BA), acha também que deva haver negociação, na Comissão de Sistematização, para que se possa chegar ao consenso. Ele espera que nesta primeira fase dos trabalhos, a Comissão limite-se a fazer um trabalho de ordenamento dos pontos aprovados nas demais comissões, eliminando repetições, contradições e superposições de texto. Segundo Prisco, se a Sistematização entrar no mérito das questões, "criar e inovar" em relação aos textos, haverá "discussões muito intensas".

Já o Senador José Richa (PMDB-PR), Relator da Comissão de Organização do Estado, acha que a Sistematização poderia realizar modificações já, através de uma negociação com todos os partidos e tendências.

— Acho que seria salutar começar a negociação agora. Ao deixar isso para o plenário, corre-se o risco de os trabalhos não terminarem este ano — afirmou.



Adolfo



Bevilacqua



Sandra



Virgílio



Konder



Renato Viana



Vivaldo



Gibson

'Relatores de campo' trabalham sob polêmica

BRASÍLIA — Os "relatores de campo" já estão em plena atividade. Fizeram uma reunião ontem pela manhã e hoje têm outra marcada. Até domingo, pretendem oferecer ao Relator Bernardo Cabral um arcabouço de Constituição.

— O Cabral confia muito em nós. Vamos propor a ele um esboço de Constituição — revelou ontem o coordenador do grupo, Adolfo de Oliveira (PL-RJ).

Bernardo Cabral tinha definido que os "relatores de campo" fariam as negociações políticas necessárias entre os partidos, identificando as partes conflitantes dos relatórios das oito comissões. Aos quatro relatores adjuntos do PMDB caberia o trabalho técnico de compatibilização. Ontem à tarde, no entanto, Adolfo desmentiu a divisão, no que foi apoiado por Konder Reis (PDS-SC) e Virgílio Távora (PDS-CE): "O nosso trabalho só é compatibilização".

— Já estou com a cabeça inchando de tanto relatório que já li. O trabalho é muito sério — acrescentou Vir-

gílio Távora.

Adolfo de Oliveira adiantou que até mesmo para a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação, que não teve relatório final, os "relatores de campo" vão fazer um anteprojeto.

— Vamos propor um texto com o resultado do acordo que não pôde ser feito na Comissão. Não vamos oferecer soluções sectárias — disse o coordenador.

Aos quatro relatores adjuntos do PMDB, Adolfo de Oliveira disse que foi reservada uma participação secundária.

— Não há sub-relatores. O Regimento não prevê. Eles vão prestar apenas um assessoramento partidário, sob o ponto-de-vista do PMDB. O Relator é o Bernardo Cabral, e somente ele é quem decide.

Por decisão de Cabral, o grupo terá, além de Adolfo de Oliveira, Virgílio Távora e Konder Reis, os deputados peemedebistas Renato Vianna (SC) e Nilson Gibson (PE), Sandra

Cavalcanti (PFL-RJ), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

Dos representantes de Santa Catarina, o ex-Governador Konder Reis, que já pertenceu à UDN e à Arena, é o único com experiência em texto constitucional: foi Relator da Constituição de 1967, alterada substancialmente pela Junta Militar em 69. Renato Vianna é advogado e professor, foi Prefeito de Blumenau e agora cumpre o segundo mandato de deputado federal.

Nilson Gibson foi deputado federal pela Arena e pelo PDS. Ex-malufista, transferiu-se para o PMDB com o apoio de Miguel Arraes e Ulysses Guimarães.

Sandra Cavalcanti tentou ingressar no PMDB antes da eleição de 1982, foi candidata do PTB ao Governo do Rio e mudou-se para o PFL, onde conseguiu a maior votação no Partido para a Câmara dos Deputados, no ano passado. É uma das principais defensoras da iniciativa privada na Constituinte.

Também do Rio, Adolfo de Oliveira foi Deputado federal pela UDN e depois Secretário-Geral do PMDB. É advogado e chegou à Constituinte favorecido pelas sobras de grande votação do Presidente de seu Partido, Deputado Alvaro Valle.

Vivaldo Barbosa foi Secretário de Justiça do Governo Brizola e exerce seu primeiro mandato eletivo. Transferiu-se do PMDB para o PDT sob a liderança do Prefeito Saturnino Braga.

Virgílio Távora, que ao lado de Konder Reis representa o PDS entre os "relatores de campo", é um dos três coronéis da política cearense. Ocupa a Secretaria-Geral do PDS.

Joaquim Bevilacqua, o único representante do PTB, já pertenceu à Arena e ao "grupo autêntico" do MDB (entre 1974 e 1978). Prefeito de São José dos Campos durante o Governo Maluf, passou para o PDS. Foi depois para o PFL e chegou à Constituinte pelo PTB. É advogado e já foi deputado federal.

PMDB protesta contra critérios para a escolha

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, e os relatores adjuntos da Comissão de Sistematização levam hoje uma queixa ao Relator Bernardo Cabral. Ele é acusado por alguns vice-líderes de dividir o poder de decisão do PMDB com o grupo interpartidário que criou informalmente, sob a coordenação do Líder do PL, Adolfo de Oliveira — os chamados "relatores de campo".

Também o Líder do Partido na Constituinte, Mário Covas, e lideranças do PT, PDT e PCB vão pedir explicações a Cabral. Quatro relatores adjuntos — os Senadores Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins e José Inácio Ferreira e o Deputado Nelson Jobim — se disseram preocupados e surpresos.

— Todo mundo pode oferecer sugestões, mas serão apenas subsídios ao nosso trabalho. Sobre a criação desse grupo, perguntem ao Bernardo Cabral — disse Jobim, irritado.

Dois vice-líderes do PMDB disseram ontem que o afastamento de Bernardo Cabral está fora de cogitação, mas a partir de agora ele sofrerá "severa vigilância" do Partido.

Os Deputados José Genoíno (PT-SP), Roberto Freire (PCB-PE) e Brandão Monteiro (PDT-RJ) foram procurar Mário Covas para reclamar da criação do novo grupo. A muito custo, Brandão conseguiu indicar o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Roberto Freire provocou Covas:

— Vocês não votaram no Pimenta da Veiga e no Fernando Henrique achando que Cabral era progressista. Agora, se virem.

Acusado de pensar mais em sua posição que na do Partido, Cabral, com a indicação do grupo de relatores à revelia do PMDB, conseguiu descontentar também os "progressistas".

Ex-parlamentares liberais, os três assessores especiais já se conhecem

Não foi aleatória a escolha dos três assessores do Senador Afonso Arinos na Comissão de Sistematização: o advogado Clóvis Ferro Costa e o ex-Senador Mário Martins são remanescentes da UDN e o constitucionalista José Alberto Assumpção integrou o Partido Libertador, agremiação cujos militantes, em vários momentos, estiveram próximos aos udenistas; os três foram parlamentares e, ano passado, fizeram parte da Comissão de Estudos Constitucionais presidida por Arinos — um ex-Líder da UDN na Câmara dos Deputados.

Se não bastassem esses, há outros motivos pelos quais Ferro Costa, Martins e Assumpção integram o restrito grupo de conselheiros técnicos do professor Afonso Arinos: os três participaram do grupo de sistematização da Comissão de Estudos Constitucionais e acompanharam, passo a passo, os desdobramentos dos debates, que resultaram num calhamaço de propostas, subsídios para os atuais constituintes.

Os três são otimistas quanto ao futuro perfil da nova Constituição. Com variações de estilo, eles antevêm uma Carta liberal e, ao mesmo tempo, progressista. Para Mário Martins, a nova Constituição não será nem de esquerda nem de direita: a maioria das propostas, na etapa final, vai convergir para uma posição liberal, progressista e civilista, supõe ele. O professor José Alberto Assumpção resume em poucas pala-



Ferro Costa



Mário Martins



José Alberto

bras suas previsões: o resultado dos trabalhos, acredita, fará com que o País caminhe para uma democracia social. Já Ferro Costa, não sem antes fazer algumas ressalvas — ele considera qualquer julgamento ainda prematuro —, também crê num futuro promissor: "A média das propostas é boa", afirma.

O trabalho dos três, evidentemente, não terá qualquer influência sobre o mérito das propostas constitucionais. Ao lado do Presidente, Afonso Arinos, e do Relator, Bernardo Cabral, eles vão apenas assessorar a Comissão de Sistematização a fim de que sejam eliminadas as superposições de propostas e o aspecto conflitivo de várias delas.

Mário Martins está certo de que, em tempo algum, em qualquer parte do mundo, houve melhores condições para se elaborar uma Constituição. Dois fatores se conjugam, na sua opinião, para que os trabalhos transcorram em bom nível: a cobertura da televisão, através da qual a população acompanha os desdobramentos de cada debate; e a informática, que viabilizou a participação popular, condensando e arquivando as propostas.

Martins não acredita na possibilidade de grupos, mais bem organiza-

dos, conseguirem êxito no trabalho de lobby junto aos constituintes. Na sua opinião, nenhuma entidade influenciará de modo decisivo os trabalhos. Ele está convencido de que a população hoje tem a consciência de que a nova Constituição não apontará apenas um novo rumo, mas rasgará novos caminhos para o País.

Diretor da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, o Professor José Alberto Assumpção também olha com entusiasmo o trabalho dos constituintes. Ele evoca o grande número de propostas apresentadas na primeira fase dos debates para concluir que nunca foi tão flagrante a participação da sociedade, civil, entidades de classe e movimentos populares organizados.

Assumpção prevê muito trabalho pela frente para os integrantes da Comissão de Sistematização. Compatibilizar propostas conflitivas e adequar outras cujo conteúdo destoa das reivindicações populares não serão tarefas fáceis, acredita ele. A reforma agrária, exemplifica, teve um tratamento, na Comissão da Ordem Econômica, cujo resultado está aquém da realidade atual, definida pelo Estatuto da Terra.

— Isso naturalmente será corrigido — acrescenta.

Se na Comissão de Ordem Econômica a reforma agrária não avançou, na Comissão de Ordem Social foram aprovados, entre outros pontos, as 40 horas semanais e a estabilidade no emprego. Esse seria o perfil da nova Constituição: terá avanços em algumas áreas e recuo em outras? O professor Ferro Costa, 67 anos, acredita que não. Para ele, os trabalhos, na etapa final, entrarão num processo harmonioso, livre de paixões e posições extremadas.